

Índice

Ascensão e crise do ideal meritocrático	1
Esquerda política: de porta-bandeira da meritocracia a demonizá-la.....	4

Ascensão e crise do ideal meritocrático

As sociedades modernas acabaram com os privilégios estamentais e estabeleceram o talento como critério de reconhecimento social. Hoje, no entanto, questiona-se que o modelo meritocrático contribua para a mobilidade entre classes e para a igualdade dos cidadãos.

Para os que se lamentam com as consequências enfrentadas pela meritocracia, tornou-se realidade a distopia descrita em 1958 por Michael Young, que teve a inspiração de inventar o termo para descrever um mundo no qual as castas haviam desaparecido, e os laços familiares ou o patrocínio haviam sido substituídos pelo talento, enquanto critério de promoção social ou económica.

Young era sociólogo e independentemente do seu manuscrito ter sido recusado por várias editoras, optou pelo género do romance para sublinhar as diferenças sociais a que dava lugar uma ordem baseada no nível de inteligência ou na capacidade dos indivíduos. Queria revelar assim que a meritocracia era um ideal pelo menos questionável, pois os que não fossem competentes acabariam por ser afastados, discriminados, privados até dos seus direitos e condenados para toda a vida, em última análise, à pobreza e à exclusão.

O planalto igualitário

Sem que se lhe negue competência para o prognóstico, a verdade é que nem Young foi um sacerdote adivinhador, nem a meritocracia algo assim tão moderno. Platão já havia falado de uma comunidade baseada na competência inata, inflexível, mas pelo menos sábia. E, desde então, o tema está sobre a mesa.

O debate sobre a viabilidade e as vantagens de um sistema social erguido sobre a capacidade de cada cidadão deve situar-se, além disso, num contexto mais amplo de discussão: aquele que versa sobre a igualdade. E, na verdade, tão-pouco as preocupações com esta última são algo recente, nem irromperam com o desencadear da última crise, como parece sugerir Thomas Piketty.

Na realidade, a filosofia política ultimamente tem-se movimentado no que Will Kymlicka designou por “planalto igualitário”, pelo que, independentemente da posição que cada pensador adote, nem sequer nas décadas mais recentes se deixou de refletir sobre o problema da distribuição social dos encargos e dos privilégios. Basta consultar o considerado texto fundacional da reflexão política contemporânea, “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls, cujo [centenário](#) (“Aceprensa”, 15.2.2021) foi comemorado no ano passado, para o comprovar.

Porquê, então, este repentino interesse que despertou ultimamente para sublinhar a toda a hora as deficiências do modelo meritocrático? Aquilo que sucedeu é que alguns se propuseram combatê-lo para aproveitar a irresistível onda de repressão e crítica de algo tão volúvel como impreciso que denominam “neoliberalismo”, abrindo mais uma frente, a do reconheci-

mento social do talento, na disputa interminável entre esquerda e direita.

Críticas e réplicas

Eis alguns títulos críticos sobre a meritocracia: “Success and Luck” (2016), de Robert H. Frank; “Meritocracy Trap” (2019), de Daniel Markovits, e [“The Tyranny of Merit”](#) (“Aceprensa”, 7.10.2020), de Michael Sandel. E só citamos os mais relevantes. Todos eles concordam em condenar a meritocracia, entendendo que a igualdade formal é insuficiente e, sobretudo, pouco igualitária.

Esta corrente pouco favorável ao modelo do mérito foi contestada por Adrian Wooldridge, antigo diretor do semanário “The Economist” em “The Aristocracy of Talent”, um livro que, sem ignorar a crítica, defende o sistema justamente devido ao avanço que constitui em relação a outras formas de organização social.

Com efeito, de um ponto de vista moral, não será mais justa a conceção de aspiração, ou seja, distribuir os papéis sociais em função da preparação, da inteligência ou das competências de cada um? Não, pensam alguns, porque fazê-lo poderia ter efeitos desastrosos para a nossa vida em comum.

A meritocracia, um mito

Como explica Frank, professor de economia na Cornell University (EUA), os que advogam a meritocracia não têm em conta, por exemplo, o papel desempenhado pelo acaso. Na sua opinião, supor que é o mérito – e somente o mérito – aquilo que determina nas sociedades não baseadas em hierarquias anquilosadas o lugar que cada um ocupa na estrutura social é, simplesmente, um mito, uma lenda urbana. Em primeiro lugar, porque o talento está mal repartido e não se sabe muito bem o motivo porque tem sorte na lotaria das capacidades naturais. E, em segundo lugar, porque a experiência nos demonstra que na vida nem sempre se recompensa quem o merece.

A análise de Sandel é mais profunda e mais complexa, porque este pensador sempre navegou entre duas águas. Assim, a seu tempo criticou o liberalismo, mas não totalmente. Agora, tão-pouco ousa questionar a jogada do talento no seu conjunto, mas, ao mesmo tempo que rastreia as origens filosóficas e teológicas da meritocracia – sem muito rigor, diga-se em abono da verdade –, limita-se a assinalar as sombras que turvam a sua paisagem. Na sua opinião, não deveria haver lugar a qualquer reparo ao sistema, desde que todos desfrutássemos das mesmas oportunidades. Mas não é o caso. Refere que a

insistência no talento fez crescer o fosso entre os que se encontram no topo da pirâmide social e os que estão na base.

Aquilo que inquieta Sandel é que cada vez seja maior o número de pessoas que estão a ficar para trás, excluídas do sonho americano. O que, além de gerar ressentimento, ajudou a que fermentasse o populismo, cujas fórmulas exploram o ódio para com as elites – económicas, políticas ou culturais – e envenenam a discussão pública. Nada disso é bom.

A casta do mérito

Estes críticos reiteram que a meritocracia não favoreceu a mobilidade social, apesar de que se pensava ser o instrumento mais eficaz para o fazer. Como comenta o famoso professor de Harvard, os seus efeitos foram justamente os contrários, pois, paradoxalmente, serviu para reforçar a perpetuidade das novas elites. Isto é, o resultado foi a formação de uma casta, um fenómeno não exclusivo da classe política.

Assim, os pais transmitem aos seus filhos a sua posição social numa dinâmica que recorda as sociedades antigas, apesar de sabermos que, diversamente dos títulos nobiliárquicos ou de sangue azul, nem a inteligência, nem a excelência moral se herdam. A meritocracia, portanto, tem também as suas stirpes.

Foi esta consequência não desejada o que levou Daniel Markovits, que ensina Direito em Harvard, a fazer uma contundente e radical crítica à quimera do talento. Explica que o principal problema da meritocracia não são os efeitos contra-producentes do modelo. É o sistema em si que é injusto de modo palpável. Não se pode mitigar nem combater o aumento da desigualdade, a paralisia da mobilidade social ou a hostilidade entre os que perdem e os que ganham, porque não são “meras falhas” atribuíveis ao mau funcionamento da meritocracia, mas frutos inegáveis da sua própria essência.

Se a meritocracia se opõe à igualdade é porque, infelizmente, o talento não se encontra repartido de um modo equitativo. E provoca aquilo que Markovits chamou “a bola de neve da desigualdade”, um ciclo que se retroalimenta, pois aqueles que têm acesso à elite, monopolizam os recursos e impedem que outros igualmente valiosos ou preparados, possam subir socialmente ou melhorar a sua posição económica.

A revolução meritocrática

Que a meritocracia seja um dos principais assuntos que separam progressistas e conservadores não nos deve levar a

esquecer que quem primeiro defendeu o sistema foi a esquerda do Iluminismo (ver [o segundo texto deste número do "Correio da AESE"](#)). Assim o explica Adrian Wooldridge nessa espécie de recibo que publicou há pouco tempo com o objetivo de defender o papel do mérito e a sua contribuição para o avanço da igualdade.

Com efeito, diversamente do que ocorria com a aristocracia de sangue, a avaliação do talento serviu para erradicar a sociedade do Antigo Regime (existente antes da Revolução Francesa), abrindo os cargos públicos e a riqueza a qualquer pessoa, independentemente dos laços familiares ou da sua origem. À medida que ia avançando a sociedade do conhecimento, a inteligência viria a converter-se no principal recurso económico do cidadão.

Wooldridge, que considera a meritocracia uma herança do Iluminismo e revolucionária, traça a sua história, explicando como se forjou, o modo como se refletiu no sistema educativo chinês ou acabou por se vir a encarnar na burocracia estatal moderna, baseada nos princípios de mérito e capacidade, entre outras coisas.

Os benefícios da meritocracia

Se, para os críticos, a meritocracia constitui o suprasumo dos males da sociedade atual, a interpretação de Wooldridge é exatamente a oposta, pois, de um modo ou de outro, atribui os avanços dos últimos séculos à passagem de sociedades rígidas e fechadas a flexíveis e abertas, nas quais o privilégio não se herda, mas se conquista.

Escreve ele: "A ideia meritocrática criou o mundo moderno, contribuiu para eliminar as barreiras contra a concorrência com base na raça ou no sexo, melhorou a igualdade de oportunidades, possibilitando a transferência de cargos mais baixos para o topo da sociedade e estimulou mudanças inteligentes e enérgicas em instituições anquilosadas".

O novo ideal social juntamente com o mérito e a capacidade, explica o antigo diretor da "The Economist", inspirou reformas como o ensino para todos, o sufrágio universal, tanto ativo, como passivo, a remoção de barreiras para o acesso ao exército ou às grandes empresas, a abertura da universidade aos membros de qualquer classe social e muitos outros avanços que hoje são inquestionáveis.

A outra face da meritocracia

Apesar de parecer que Wooldridge está obcecado e idealizar o modelo do talento, ao ponto de interpretar o Estado Providência como a fase final da sua realização definitiva, não tem dúvidas, de modo semelhante a Sandel, em referir as suas deficiências.

Reconhece, efetivamente, que houve discriminações no momento de ponderar a capacidade de determinados grupos, como o facto das mulheres ou das pessoas não brancas não terem tido as mesmas oportunidades que outras. Tão-pouco ignora a miopia antropológica que constitui compreender o homem em função do seu quociente intelectual ou do seu *curriculum vitae*. E, com efeito, as elites da inteligência anquilosam-se e perpetuam-se, dando lugar a novos e mais ofensivos nepotismos e exclusões.

Ora, todos estes fenómenos não são sequelas perversas da meritocracia, mas efeitos provocados pelo esquecimento dos seus valores inspiradores. Por isso, na opinião de Wooldridge, a crise atual e a preocupação com a igualdade social não se combate com menos meritocracia, mas com mais. O que se exige, na sua opinião, é aprofundá-la, repensar a sua dinâmica e moralizar o seu modo de funcionamento.

E apresenta algumas pistas para fazê-lo. Em primeiro lugar, aposta na inclusão, salientando a necessidade de contrariar a deriva pró-privilégios das novas elites. Devemos, além disso, modificar a nossa forma de entender e avaliar o mérito, incluindo critérios mais amplos do que a inteligência, o cálculo ou a eficácia; neste sentido, a pandemia veio realçar a valia dos que se dedicam aos cuidados das pessoas, por exemplo.

É preciso, por último, prestar maior atenção à diversidade profissional, ponderando a contribuição de todos os cidadãos para o bom funcionamento da sociedade. Além disso, os que possuem talento deveriam refletir mais sobre os seus deveres, em vez de exigir privilégios. Talvez assim desaparecessem as colorações distópicas do Inferno imaginado por Young e a meritocracia seria, novamente, o caminho mais rápido para avançar rumo a uma sociedade mais igualitária e mais justa.

J. C.

Esquerda política: de porta-bandeira da meritocracia a demonizá-la

A crença de que devem ser os talentos individuais, não privilégios herdados, que determinem a classe social foi, historicamente, uma das ideias fundamentais do discurso progressista. O que mudou para que hoje a esquerda tenha deixado de defender a [meritocracia](#)?

De um ponto de vista histórico, “a revolução meritocrática foi uma luta dirigida principalmente pela esquerda”, afirma Adrian Wooldridge em “The Aristocracy of Talent”. Na sua luta contra o Antigo Regime, os defensores do progresso do Iluminismo enfrentaram aqueles que reclamavam privilégios em função do seu nascimento. A luta continuou durante grande parte do século seguinte.

“Os partidos de esquerda queriam ampliar as oportunidades da classe trabalhadora, os intelectuais de esquerda desejavam contar com um método científico para determinar a posição social de cada indivíduo. Por seu turno, o feminismo queria equiparar a situação das raparigas com a dos rapazes”.

Mas, mais tarde, a opinião sobre o talento como nivelador social mudou no seio da esquerda. Wooldridge situa esta transformação na década dos anos trinta do século passado e, concretamente, atribui a revolta contra o mérito a três acontecimentos: às dúvidas sobre a exatidão do medir da inteligência; à difusão de ensaios que condenavam sem ambiguidades os sistemas sociais baseados no mérito; e, por último, à defesa por parte da esquerda de valores igualitaristas, contrários à deriva individualista encetada pelas sociedades contemporâneas.

A julgar por muitas iniciativas desenvolvidas nas últimas décadas, a mensagem contra o mérito por parte da esquerda foi bem recebida no mundo mais desenvolvido, enquanto noutros sítios do mundo, a inteligência constitui uma tábua de salvação contra a pobreza. No Ocidente, cada vez se questionam mais os testes para medir a competência intelectual ou existem maiores reticências a estabelecer determinados critérios de admissão nas universidades. Gerou-se uma autêntica psicose persecutória contra aqueles que se distinguem intelectualmente, os quais são acusados de presunção ou ânsia de superioridade.

Igualdade de resultados

Os papéis, portanto, mudaram: enquanto os conservadores mantêm que não há nada mais democrático e justo do que o talento, que não tem a ver com classes sociais, a esquerda insiste em que a meritocracia não promove a igualdade. Na sua

versão mais radical, afirma-se que não basta haver uma situação social de partida o mais semelhante possível. Aspira-se à igualdade de resultados.

De facto, muitos dos mais radicais consideram que a proposta redistributiva não tem como objetivo compensar os direitos de grupos ou indivíduos em desvantagem por motivos puramente sociais e arbitrários, como pode acontecer com a raça ou a religião, considerando sim necessário reparar de algum modo as diferenças congénitas ou naturais, visto ser também “injusto” que o talento, a inteligência ou a capacidade não estejam repartidos de modo equitativo. Trata-se de uma forma de pensar muito diferente, por exemplo, da de [Friedrich Hayek](#) (“Aceprensa”, 1.3.2017), para quem a justiça social constituía uma quimera, precisamente porque não se pode atribuir a uma pessoa em concreto a distribuição desses bens.

Mas a esquerda combate igualmente o individualismo que se esconde, do seu ponto de vista, na defesa do mérito. Por vezes, esquece-se que o indivíduo nasce e se desenvolve no seio de uma comunidade e que grande parte dos seus talentos são recebidos graças ao contexto de relações. A insistência nas capacidades pessoais pode formar indivíduos egocêntricos e constituir um fator de atomização social.

É possível, de qualquer forma, que a crise da meritocracia tenha uma origem mais profunda e obedeça a razões de índole epistemológica. É o que sugere num [artigo no “The Wall Street Journal”](#) (7.7.2021) Leslie Lenkowsky, professor emérito da Indiana University. Para este, a defesa da meritocracia exige restaurar o acordo social entre o bom e o mau, entre o melhor e o pior, e um contexto relativista esbate essa diferença. Sem uma opinião partilhada sobre o que se torna mais valioso, não é possível reconhecer nenhuma forma de mérito, nem recompensar a excelência.

J. C.